

Há um ano, Fernando Henrique Cardoso sentou na cadeira de presidente da República. Há seis meses, ele disse que achava fácil governar o Brasil. Há menos de dois, reconheceu que sentia o "o gosto amargo" do cargo.

É FÁCIL GOVERNAR O BRASIL?

Tânia Fusco
Da equipe do Correio

Fernando Henrique Cardoso comemora um ano de governo celebrando o menor índice de inflação dos últimos 38 anos — 15,12% —, e grandes vitórias no Congresso Nacional, onde derrubou dogmas como os monopólios do petróleo e das telecomunicações e a estabilidade no emprego do funcionalismo público.

"Até agora foi mais fácil do que eu pensava", alardeou o presidente, em junho, numa entrevista ao jornal italiano

La República.

Mas o governo patinou na questão social, que abriga justamente as cinco promessas da campanha eleitoral — emprego, agricultura, segurança, saúde e educação.

"Fernando Henrique está conduzindo uma tremenda transformação. O projeto social ainda está se fazendo", avulsa o antropólogo Rubem César Fernandes, coordenador do movimento Viva Rio.

Mais impaciente, o sociólogo Herbert de Souza, Betinho, cobra uma ação efetiva do governo: "A fome não pode esperar o projeto ficar pronto".

Ministro — Millôr Fernandes, jornalista, escritor e humorista, concorda com Betinho: "Um presidente que não trabalhe dia e noite na solução para nossos problemas sociais está brincando com fogo. Fernando Henrique ainda é um bom ministro das Relações Exteriores".

Em agosto e novembro, as crises políticas traçaram o mapa de outro Brasil difícil — o da corrupção e do desmando, que bateu ponto na administração federal.

As cinco maiores baixas do governo — Pêrsio Arida, da presidência do Banco Central, Milton Dallari, da Secretaria

de Acompanhamento Econômico, Júlio César Gomes dos Santos, do Cerimonial da Presidência, e Mauro Gandra, do Ministério da Aeronáutica — foram causadas por denúncias de informações privilegiadas e tráfico de influência.

Não foi fácil passar pelos escândalos da quebra dos bancos privados, particularmente do Econômico e do Nacional, que levaram o Banco Central, respectivamente, US\$ 3,7 bilhões e US\$ 4 bilhões.

Duro também foi encerrar as gravações da Polícia Federal de conversas do embaixador Júlio César, que exibiram

as víceras doentes do mais caro projeto em andamento no País, o do Sistema de Vigilância da Amazônia — Sivam.

No dia da demissão do ex-ministro da Aeronáutica, em novembro, Fernando Henrique reconheceu que pela primeira vez sentiu "o gosto amargo de ser presidente da República".

Em dezembro, uma pasta cor-de-rosa, saída da gaveta do dono do Banco Econômico, Angelo Calmon de Sá, guardava a listagem de contribuições do banco a candidatos às eleições de 1990.

Mais uma vez o presidente sentiu como pode ser difícil governar o Brasil.

Zulaika de Souza: 1.1.95



01.01.95: o governo Fernando Henrique toma posse com um presidente otimista, alheio aos percalços que viriam e certo de que seria fácil governar o País

Como administrar saco de gatos

Carlos Augusto Setti
Especial para o Correio

A frase até fazia sentido naquele momento, ainda mais pela sua autoria. Disse o presidente no meio do ano: "É fácil governar o Brasil".

Até ali, o seu plano para o País vinha se concretizando com sucesso: inflação sob controle, vitórias nas votações das reformas econômicas e no embate com os petroleiros, desindexação dos salários em marcha.

Mas os solavancos do segundo semestre, provocados pela intervenção no Banco Econômico, pelos escândalos e pelo emperramento das outras reformas, significaram a explosão das dificuldades potenciais existentes desde o começo do governo. E certamente abalaram a crença do presidente na facilidade de governar.

Ficaram evidentes a fragilidade e as contradições das alianças políticas que garantiram a eleição e formaram a base de apoio no Congresso. Um saco de gatos lotado de interesses divergentes e apelos clientelistas de difícil administração no dia-a-dia. Faltam, também, unidade e coordenação dentro do governo.

O competente sociólogo, já

com anos de estrada na vida pública, sabe que, por trás desse quadro dispersivo estão as verdadeiras dificuldades para se dirigir o País: a falência do Estado, a democracia inativa, o corporativismo arraigado, o poço fundo dos problemas sociais, a diversidade geral, a crise do sistema representativo.

Mesmo assim, a base de apoio tem garantido a conquista do que é essencial do plano e a introdução de mudanças profundas na economia e no Estado.

Não atacado a coisa vai bem, mas o custo do varejo é alto. As alianças precisam ser recompostas a cada instante e pelo próprio presidente, que mata as crises no peito, já que não há coordenador político.

Uma tarefa nada fácil. Talvez a frase, rala em realismo, tenha sido pronunciada mais para que o autor mostrasse seu inusitado prazer em governar uma sociedade quase ingovernável, ao contrário do que sentiram seus antecessores.

■ Carlos Augusto Setti é jornalista, sociólogo e diretor do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos (IBEP)

O Ano-Novo será ainda melhor

José Aníbal
Especial para o Correio

O cidadão já sabe: o ano de 1995 foi melhor que os outros. A explicação está nas taxas de inflação, que acumuladas não ultrapassaram os 20% este ano. O Plano Real deu certo. Tão certo que adquiriu um claro conteúdo social ao elevar em mais de 30% o poder de compra das camadas mais pobres da população.

A chave do sucesso está na seriedade e na firmeza do governo ao estabelecer o combate à inflação como prioridade, sem vacilações.

As mudanças começaram. O Congresso derrubou os monopólios e abriu a economia. Houve crescimento dos investimentos, que passaram de 13% para 17% do PIB. A reforma da Ordem Econômica, concluída em tempo recorde, elevou o prestígio do Brasil no exterior.

Destaco a estabilidade da moeda e a reforma da Ordem Econômica, porque têm consequências de médio e longo prazos, cujos benefícios serão enormes para o futuro do País.

Por essa razão, a maioria da população e os chamados agentes econômicos até agora não se abalararam com as turbulências do processo político. A verdade é que a crise de confiança que se abateu sobre o mundo político, tumultuando a relação entre o governo e sua base de sustentação,

se autonomizou bastante em relação à sociedade.

Os problemas políticos começam no conflito existente entre as propostas de reformas administrativas, tributária e previdenciária e os interesses contrários da alta burocracia, das oligarquias locais e dos grupos corporativos. Apesar de tudo, as votações têm demonstrado que a maioria dos parlamentares que apoiam o governo preferiu o caminho das mudanças.

O déficit público que atingiu 4,4% do PIB em 1995 é a demonstração de que a reforma do Estado permanece sendo exigência para a consolidação do real. E temos ainda problemas sociais seculares, como o analfabetismo, as endemias e a questão agrária. Combatê-los é uma opção programática dos partidos que apoiam o governo.

É preciso enxergar o futuro no lusco-fusco da passagem de ano. Temos tarefas importantes pela frente. O governo Fernando Henrique iniciou o esforço de mudanças, com o lançamento de programas cujos resultados nem sempre são imediatos. Com base no que ficou por fazer em 1995 é que avalio: o Ano Novo vai ser ainda melhor.

■ José Aníbal (PSDB-SP) é líder da bancada do PSDB na Câmara dos Deputados

OS ALTOS E BAIXOS DO PRIMEIRO ANO

■ No dia 1º, Fernando Henrique toma posse montado em 38 milhões de votos. Começa governando para fora e assinou o Tratado de Integração Comercial com os países do Cone Sul, o Mercosul. Apresenta as propostas de reforma constitucional.

■ Com habilidade, o presidente consegue reunir uma esmagadora maioria política no novo Congresso. Dos 594 parlamentares, o governo tem ao seu lado cerca de 450, reunidos sob a bandeira das reformas constitucionais.

■ Fernando Henrique viaja aos Estados Unidos e é recebido pelo presidente americano Bill Clinton. A viagem é um sucesso. No Brasil, os produtos importados são considerados uma ameaça ao real e são fortemente taxados.

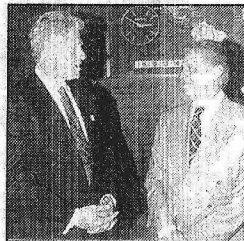
■ O governo consegue suas primeiras vitórias no Congresso, com a aprovação de projetos de reformas. Os petroleiros fazem greve de 31 dias, mas o presidente enfrenta com firmeza o movimento e debela a manifestação sem ceder em nada.

■ O presidente continua forte. O Real faz um ano de inflação baixa. No Congresso, o governo derrota facilmente os defensores do monopólio da Petrobrás. Mexe-se mais uma vez no câmbio para evitar a sangria de divisas.



■ Primeiros desgastes de Fernando Henrique, provocando queda de popularidade. Veto o salário mínimo de R\$ 100 e sanciona a anistia do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), acusado de usar a gráfica do Senado com fins eleitorais.

■ A crise mexicana atinge o Banco Central, provocando uma desvalorização da operação mexendo no valor do Real em relação ao dólar. Os especuladores se aproveitam e o governo gasta R\$ 8 bilhões em divisas para não desestabilizar o Real.



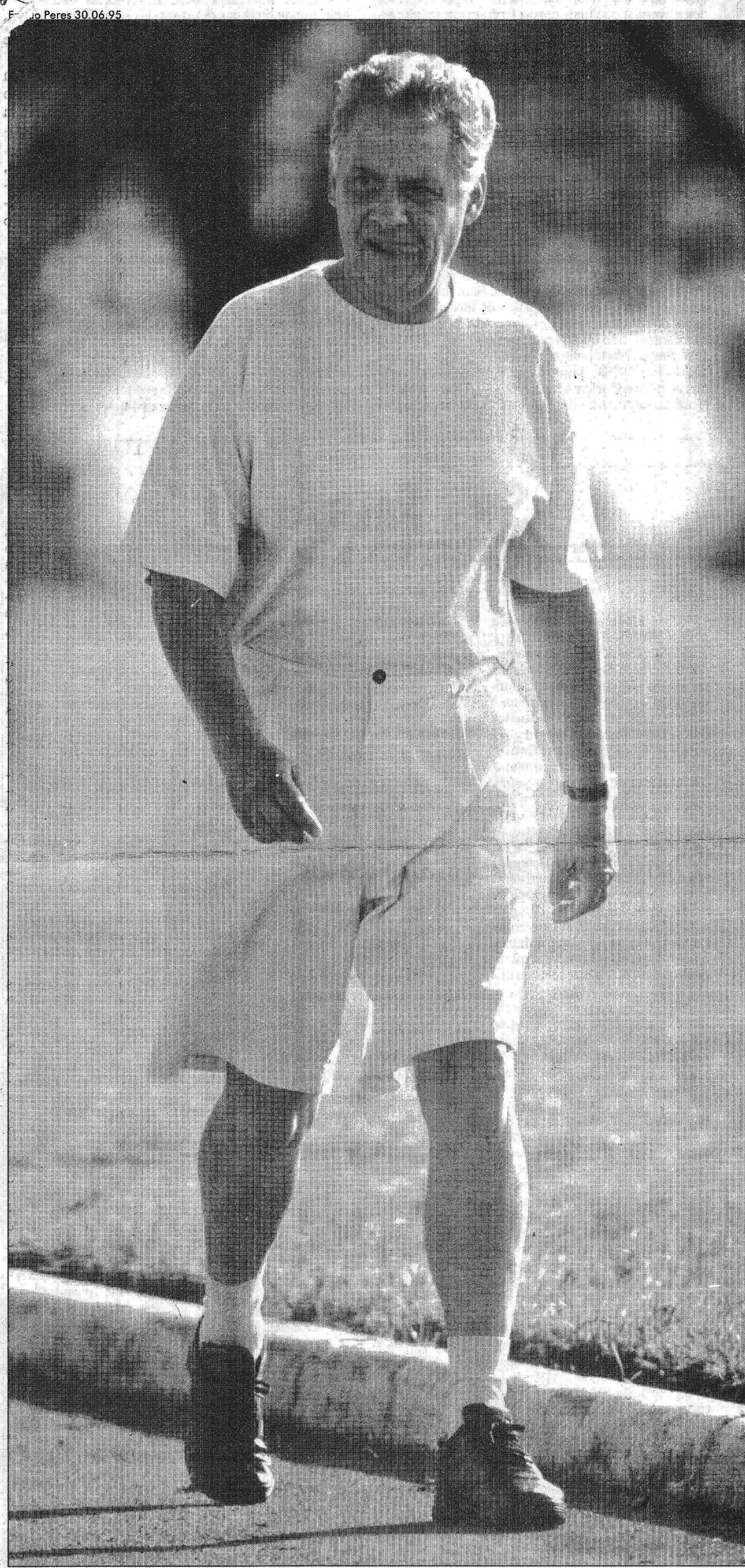
Os presidentes Bill Clinton (E) e Fernando Henrique

■ No último dia do mês, cai o presidente do Banco Central, Pêrsio Arida, sob suspeita de ter privilegiado banqueiros com informações reservadas na desvalorização do real. Gustavo Loyola o substitui.

■ O semestre termina morno para o governo. O ex-presidente Itamar Franco faz críticas a Fernando Henrique e diversos sindicatos intensificam suas queixas contra o governo depois da fracassada onda de greves.

CONT.

BRASIL?

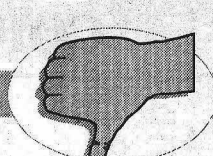


Sem esconder o cansaço: Fernando Henrique teve importantes vitórias no Congresso, mas também esbarrou em escândalos

TRAJETÓRIA



- Segurou a inflação, que registra o seu menor índice dos últimos 38 anos: 15,12% em 95, conforme IGP-M calculado pela Fundação Getúlio Vargas
- Manteve a estabilidade dos preços, conseguindo inclusive quedas significativas nos preços dos produtos da cesta básica, por exemplo
- Quebrou os monopólios das telecomunicações e do petróleo, além do dos estados na distribuição do gás canalizado
- Acabou com a reserva de mercado para as embarcações nacionais na navegação de cabotagem (entre os portos nacionais)
- Aprovou projeto para concessões de serviços públicos à iniciativa privada nos setores de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, transportes rodoviários, ferroviários e aéreos, além de portos e rodovias
- Retirou da Constituição Federal a diferença entre empresa nacional e estrangeira
- Derrubou requerimento de urgência urgentíssima para a votação de projeto limitando os juros do mercado financeiro em 12% ao ano, impondo agachapante derrota ao PMDB, que capitaneava a aprovação desse projeto
- Aprovou o projeto para a indenização aos familiares de 136 militantes políticos desaparecidos durante o regime militar
- Aprovou na Comissão de Constituição e Justiça emenda propondo o fim da estabilidade do funcionalismo público, abrindo a primeira porta para a reforma administrativa
- Venceu a queda de braço com os petroleiros, resistindo a 31 dias de greve sem conceder aumento à categoria



- Massacre de sem-terras pela Polícia Militar em Corumbiara (Rondônia), em agosto, tem repercussão internacional
- Pêrsio Arida deixa a presidência do Banco Central, depois de denúncias de vazamento de informações na véspera da criação das bandas cambiais
- Cai o secretário de Abastecimento e Preços, José Milton Dallari, acusado de se beneficiar de informações privilegiadas
- O Banco Central interveém nos bancos Econômico (BA), Mercantil (PE) e Comercial (SP), provocando reações iradas especialmente no PFL baiano
- Grampo da Polícia Federal no telefone do chefe do Cerimonial da Presidência, embaixador Júlio César Gomes dos Santos, registra conversas com José Afonso Assumpção, representante da Raytheon, empresa americana vencedora da concorrência para a implantação do Sivam. A incontinência telefônica do embaixador derruba ele próprio, o ministro da Aeronáutica, Mauro Gandra, o delegado da PF que coordenou a escuta, Mário José dos Santos, e o presidente do Inbra, Francisco Graziano, além de colocar sob suspeição o Sivam, que agora patina no Senado
- Demora nas votações dos projetos de reformas tributária, administrativa e da Previdência Social, prometidas para 1995
- Pouca eficiência nas privatizações. Das 16 empresas previstas para serem privatizadas em 95, só oito foram vendidas

FINANÇAS

Nervosismo e bancos quebrados

Ricardo Leopoldo
Da equipe do Correio

São Paulo — Quebra de bancos, nervosismo no mercado e alta inadimplência (não pagamento de dívidas). Esse é o retrato do mercado financeiro brasileiro em 1995.

Autoridade máxima do sistema financeiro nacional, o Banco Central (BC) fez neste ano 40 intervenções ou liquidações de bancos e corretoras.

No dia 11 de agosto, o Econômico sofreu intervenção. Executivos de instituições privadas afirmaram ao Correio que o buraco de caixa do banco era de R\$ 4 bilhões.

Nas semanas seguintes à ação do BC, o pânico tomou o mercado financeiro. Alberto Borges Matias, diretor da consultoria Austin Asis, afirma que depois do fechamento do Econômico, o Nacional tomou diariamente centenas de milhões de reais no rescaldo no Banco Central. Os bancos cresceram muito.

Empréstimos — "O que derrubou o Nacional foi a política agressiva de empréstimos. Em 1993, a carteira de créditos ficou 12,6 vezes maior que seu patrimônio. A média do sistema financeiro era de 8,2 vezes", afirmou.

Como a produção das riquezas do País caísse no primeiro trimestre deste ano 10,5%, um nível explosivo, o governo arroucho o crédito. O dinheiro ficou raro no mercado. O Nacional chegou ao limite de



Mauch e Loyola (ao centro): risco de perderam o cargo até março

sua liquidez no dia 18 de novembro. Depois de duas semanas de intensas especulações, o BC declarou Regime de Administração Especial Temporária, o mesmo aplicado ao Banepa há exatamente um ano.

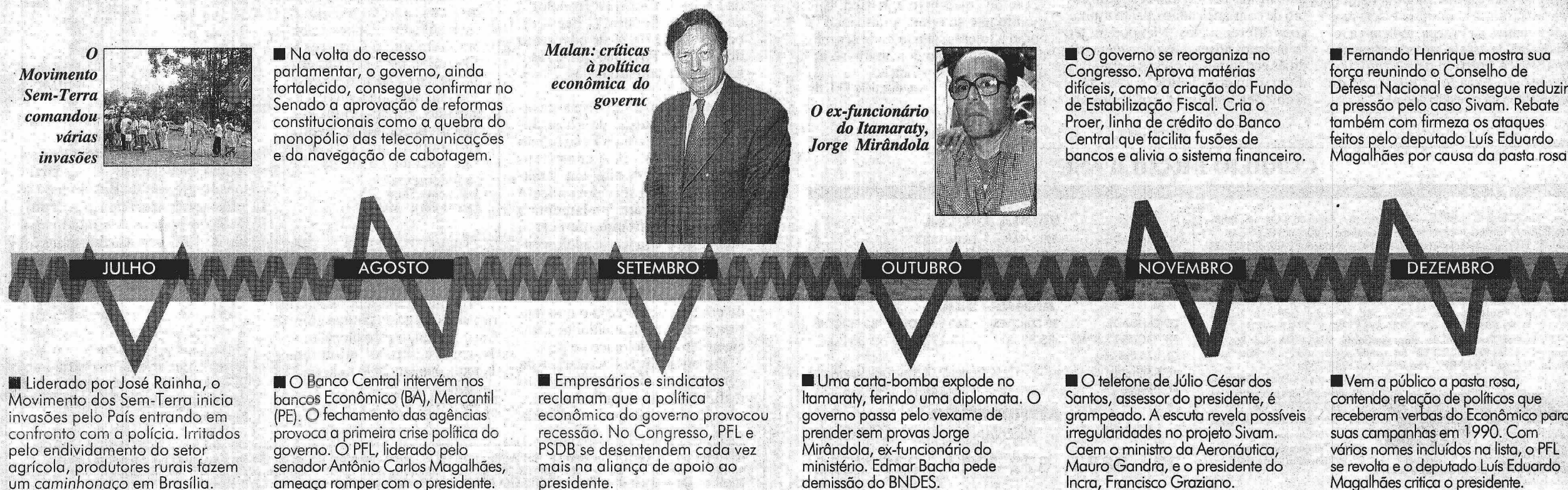
O governo ficou com a parte ruim do banco: deu R\$ 4 bilhões para honrar as dívidas. A parte boa — 335 agências e a carteira de empréstimos — ficou com o Unibanco por R\$ 300 milhões, a serem pagos em cinco anos.

Ciúmes — A solução no caso do Nacional causou ciúmes no PFL partido que sustenta o governo. O banco Excel propôs assumir o Econômico desde que o BC liberasse R\$ 4,3 bilhões do Programa

de Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer).

O BC achou a oferta inaceitável. Prometeu liberar ao Excel R\$ 2,3 bilhões, desde que mais R\$ 500 milhões viessem dos maiores acionistas do banco baiano, como os fundos de pensão. O impasse alimentou o ranço do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Ele chamou os diretores do BC de "marginais". O vazamento da pasta rosa foi a gota d'água para tirar a sustentação política do presidente da instituição, Gustavo Loyola. Ele e os diretores Cláudio Mauch e Alkimar Moura deverão deixar o governo em março.



O Movimento Sem-Terra comandou várias invasões

■ Na volta do recesso parlamentar, o governo, ainda fortalecido, consegue confirmar no Senado a aprovação de reformas constitucionais como a quebra do monopólio das telecomunicações e da navegação de cabotagem.

Malan: críticas à política econômica do governo

O ex-funcionário do Itamaraty, Jorge Mirandola

■ O governo se reorganiza no Congresso. Aprova matérias difíceis, como a criação do Fundo de Estabilização Fiscal. Cria o Proer, linha de crédito do Banco Central que facilita fusões de bancos e alivia o sistema financeiro.

■ Fernando Henrique mostra sua força reunindo o Conselho de Defesa Nacional e consegue reduzir a pressão pelo caso Sivam. Rebate também com firmeza os ataques feitos pelo deputado Luís Eduardo Magalhães por causa da pasta rosa.

■ Liderado por José Rainha, o Movimento dos Sem-Terra inicia invasões pelo País entrando em confronto com a polícia. Imitados pelo endividamento do setor agrícola, produtores rurais fazem um caminharão em Brasília.

■ O Banco Central interveém nos bancos Econômico (BA), Mercantil (PE). O fechamento das agências provoca a primeira crise política do governo. O PFL, liderado pelo senador Antônio Carlos Magalhães, ameaça romper com o presidente.

■ Empresários e sindicatos reclamam que a política econômica do governo provocou recessão. No Congresso, PFL e PSDB se desentendem cada vez mais na aliança de apoio ao presidente.

■ Uma carta-bomba explode no Itamaraty, ferindo uma diplomata. O governo passa pelo vexame de prender sem provas Jorge Mirandola, ex-funcionário do ministério. Edmar Bacha pede demissão do BNDES.

■ O telefone de Júlio César dos Santos, assessor do presidente, é grampeado. A escuta revela possíveis irregularidades no projeto Sivam. Caem o ministro da Aeronáutica, Mauro Gandra, e o presidente do Inbra, Francisco Graziano.

■ Vem a pública a pasta rosa, contendo relação de políticos que receberam verbas do Econômico para suas campanhas em 1990. Com vários nomes incluídos na lista, o PFL se revolta e o deputado Luís Eduardo Magalhães critica o presidente.